

Uma Europa mediadora e aberta

Guilherme d'Oliveira Martins

*«...aceitar o risco de ser 'europeus',
de uma nova espécie, cidadãos de uma
Europa mediadora e aberta sobre o mundo
porque dona em sua casa».*

Eduardo Lourenço, *A Europa Desencantada*, 1994

*«...sem a ilusão de fixar um fim a uma aventura
que sempre foi no essencial a da própria
liberdade e permanente invenção da história.»*

Francisco Lucas Pires, *O que é a Europa?*, 1994

O Infante D. Pedro, o das Sete Partidas, pode bem constituir-se em símbolo e referência da nossa opção europeia neste limiar de novo século. Ele definiu a seu irmão D. Duarte na célebre Carta de Bruges as bases, diríamos hoje, estratégicas da nação europeia que se lançou no achamento do mundo. No fundo, sem renunciarmos a qualquer das nossas referências históricas, estamos a assumir no continente europeu um projecto comum, que não pode reduzir-se à dimensão continental. Passámos a poder estar no centro das opções europeias, sem esquecer que a Europa não pode apenas ser o centro e o norte, devendo ser, como sempre, também o Atlântico e o Mediterrâneo, em cuja encruzilhada nos encontramos. Hoje já não estamos divididos entre a «fixação» e o «transporte», mas sim desafiados a responder aos estímulos da inovação, do conhecimento e da técnica através da mobilização das energias próprias.

Reencontramo-nos com D. Pedro e com o seu espírito de futuro. Mas também seguimos Damião de Góis ou Pedro Nunes, o nosso século das luzes e a primeira geração liberal – conscientes de que a nação se fortalece pelo culto da identidade própria e do cosmopolitismo, como sempre quis Garrett. E se muitos ainda não compreendem hoje o drama da geração portuguesa de 1870, é porque esquecem que foi a «distância», da Europa já se vê, que angustiou Antero, Eça e Oliveira Martins. Afinal, por que razão haveríamos de suportar sem reacção esta fatalidade de nascer longe dos acontecimentos e das decisões fundamentais? Porquê estarmos condenados à mediocridade e ao esquecimento? Oliveira Martins definiu, por isso, D. Pedro como seu alter ego histórico. E quem é Fradique Mendes, símbolo da geração toda, senão um europeísta militante, a demonstrar que Jacinto e Zé Fernandes mais não vivem do que uma nostalgia profunda da civilização?...

Reflectir para transformar

A reflexão europeia não é, assim, uma questão técnica. É um tema que diz respeito à nossa própria identidade. E mais do que tudo: tem a ver com a democracia, com a cidadania e com a capacidade de respondermos aos desafios da sociedade e da economia. A Europa não pode ser, pois, uma criação puramente mercantil. Os «pais fundadores» do projecto europeu tiveram a premonição disso mesmo quando quiseram começar pela dimensão política – tendo-se visto forçados a seguir pelo atalho económico, como recurso momentâneo ou compasso de espera, antes do regresso à «estrada real». E ainda hoje está por fazer a reflexão completa sobre o

percurso da ideia europeia no último século. Há, porém, uma síntese que se vai consumando, gradualmente, entre as raízes comuns de uma civilização europeia e a necessidade de superação de uma lógica fragmentária que o proteccionismo nacionalista do século passado suscitou.

Hoje, a diversidade dos Estados, dos povos e nações europeus tem de afirmar-se na lógica da complementaridade e da convergência. Eis o que está em causa. Trata-se, no fundo, de afirmar uma civilização fundada na liberdade, no direito, na solidariedade e no humanismo – que possa definir um futuro pacífico de elevação cívica e de prudência racional. O mundo contemporâneo precisa de diversos pólos de influência, que combatam o risco das hegemonias e que favoreçam a regulação justa dos conflitos e o combate activo contra o subdesenvolvimento e a exclusão. A Europa é, assim, chamada a pôr de pé um projecto político e social, não exclusivista, aberto – baseado no respeito pela autonomia individual dos cidadãos, na legitimidade democrática, no primado do direito e dos direitos e deveres de cidadania e na solidariedade voluntária.

Parecem ter amainado, nos últimos tempos, os grandes debates europeus. Estamos longe do dramatismo que rodeou a discussão do Tratado de Maastricht. O que se passou entretanto? A pouco e pouco, quase todos foram percebendo que a moeda única não era uma ameaça, mas uma oportunidade, e que os estados da União Europeia podem estar mais protegidos com uma União Económica e Monetária do que sem ela. Os sinais inquietantes vêm de outro lado. A liderança europeia é frágil e os egoísmos nacionais sobrepõem-se à defesa e salvaguarda dos «interesses comuns». Temos, assim, condições técnicas para avançar no processo de construção europeia, mas falta a audácia e a vontade políticas que permitam encontrar os fundamentos de uma «democracia supranacional» baseada numa noção aberta de «cidadania europeia».

Vivemos na Europa a continuação dos movimentos que levaram, por influência do pensamento liberal, ao nascimento dos modernos Estados de direito (o exemplo de Cavour e do Piemonte vem à memória, naturalmente), sendo necessário agora assumir a tarefa de lançar as bases de uma União de direito e de direitos, no sentido da criação de um «patriotismo constitucional europeu», capaz de completar a legitimidade dos Estados nacionais, com a afirmação do «pluralismo das pertenças». Uma «Europa europeia» terá, assim, de ser aberta e autónoma – superando a situação actual de gigante económico e anão político. A «solidariedade atlântica» não pode, assim, confundir-se com qualquer subalternidade do velho continente. Afinal, não se trata de pensar um «federalismo» centralizador, origem de conflitos, da virulência dos nacionalismos e de tentações fragmentárias, mas de defender uma opção em que a «proximidade» e a «descentralização» sejam sinónimos de legitimidade democrática baseada na participação dos cidadãos e na prestação de contas perante eles. A abordagem federalista deve partir, assim, da cidadania, da autonomia e da descentralização e não da abstracção e do espírito cego da tecnocracia.

Uma gestão adequada das incertezas

Impõe-se que compreendamos o tempo actual e que percebamos a necessidade de pilotagem da sociedade complexa e de uma adequada gestão das incertezas. A recente crise asiática originou medos compreensíveis. E o certo é que a evolução do que se tem designado como «economias do caos» do extremo oriente obriga a entender três coisas elementares: (a) num mundo de polaridades difusas com uma potência dominante, a Europa precisa de coesão para se afirmar na cena internacional, isto é, de capacidade de integração do espaço e da população; (b) a criação de um mercado interno inovador e eficiente exige a concretização de uma moeda forte e credível, que corresponda a uma «partilha de soberanias» capaz de pôr em prática uma regulação eficiente; (c) o desenvolvimento sustentável da União Europeia obriga à criação de

uma democracia supranacional, que permita a participação dos cidadãos e a consolidação de instituições eficazes e legítimas. Se é verdade que relativamente aos dois primeiros aspectos, há sinais positivos, o certo é que pouco se tem avançado quanto à concretização da Europa política. Olivier Mongin diz-nos, com muita oportunidade, que «se a Europa política é ainda um voto pio para muitos, apostamos em que o euro venha a relançar o debate político porque não há confiança comum sem capacidade de viver em comum, isto é, sem a confiança e a crença de que temos dívidas a saldar em conjunto do modo mais justo possível»¹. Há, pois, uma dívida de confiança comum a saldar. A União Europeia é, assim, uma construção do novo tempo. Ao produtivismo da industrialização de massa da Segunda revolução industrial contrapõe-se a emergência dos activos financeiros, da informação e do conhecimento, na sociedade pós-industrial. Impõe-se, assim, uma mobilização de energias disponíveis. A regulação nacional e supranacional tem de compatibilizar flexibilidade e segurança no respeito dos direitos sociais e os cidadãos devem fortalecer uma relação mútua de confiança baseada na ligação estreita entre direitos e deveres, liberdade e responsabilidade. É o que designamos como dívida de confiança – que é um dever de responsabilidade e solidariedade cívicas.

Torna-se necessário, assim, conceber uma reforma das instituições que permita responder aos desafios da actual dimensão da União e do próximo alargamento. Bronislaw Geremek e Vaclav Havel têm sido vozes persistentes no sentido de apelarem à solidariedade democrática, que se exige dotada de realismo e da exacta percepção de que a mera repetição do passado poderá originar um grave impasse que prejudicará a todos. Sem solidariedade o projecto europeu pode ser destruído. Precisamos de um «pacto constitucional» que permita avançarmos no sentido da democracia supranacional, capaz de fazer o aggiornamento das já vetustas instituições dos anos cinquenta, concebidas para seis estados europeus, mas insusceptíveis de satisfazer, quarenta anos depois, os problemas de uma comunidade de quinze membros, que aspira a ser uma união de mais de vinte participantes. E seria bom que nos lembrássemos das pistas abertas entre 1952 e 1954 para percebermos que a vontade de que hoje precisamos obriga a termos uma perspectiva de refundação.

Uma «visão» de futuro – audácia e paciência

Usando palavras de Emmanuel Mounier, precisamos, afinal, de audácia e paciência, de espanto e de fidelidade – para que encontremos os meios de que carecemos, dotados do inconformismo, sempre aconselhável numa aventura inédita, com respeito pelos princípios fundamentais de uma «sociedade aberta», na qual direitos e deveres, autonomia e responsabilidade se encontrem como factores de mobilização e de entreajuda. Assumir uma integração aberta e sustentada, eis o que se exige de uma democracia supranacional europeia – na qual cidadãos e instituições se constituam em factores de coesão e solidariedade.

Falta, pois, uma «visão» ou um princípio unificador que ultrapasse a mera gestão do quotidiano – e a cega subserviência aos egoísmos nacionais e corporativos. A complexidade exige regulação da diversidade e da incerteza – e compreensão do pluralismo como valor, da justiça complexa, da solidariedade voluntária e da tolerância entendida como respeito mútuo. A Europa vive, deste modo, um poderoso desafio – o de compreender que as circunstâncias políticas e económicas mudaram profundamente. É certo que o velho continente deixou de ser o centro do mundo. Exactamente por isso, os estímulos são hoje muito mais exigentes. No dizer de A.J.P. Taylor, trata-se de seguir um terceiro caminho entre a utopia e o desespero (despair) – encarando o mundo tal como é. E poderemos, assim, transformar em ganho tudo o que aprendemos no século XX, desde as tentações totalitárias aos avanços na ciência e na técnica e nos combates contra a pobreza e a doença. A guerra fria terminou e com ela a divisão da Europa

pela «cortina de ferro» – o que obriga a conceber novos equilíbrios e uma legitimidade democrática susceptível de tornar a cidadania europeia parte integrante do nosso acervo comum. Mas, para que tal aconteça, é indispensável que assumamos com clareza a reforma política – a fim de que tenhamos instituições mais actantes e eficazes, mais próximas das pessoas. Numa palavra: após a adopção do euro, é necessário que este se transforme num aguilhão, num factor catalisador, de modo a responder à necessidade de possuímos melhores instituições e de estarmos aptos a ter uma voz ouvida e respeitada na cena internacional.

O «pacto constitucional» exige, contudo, uma definição clara e uma procura efectiva dos «interesses comuns» – para que a pax europeia seja uma realidade, baseada na cooperação, na democracia e em investimentos de futuro. A economia política constituiu na Europa um elemento agregador nos anos sessenta e setenta; a política, como partilha de decisões e responsabilidades, é uma exigência do momento presente – e o conhecimento, a educação, a formação, a cultura e a ciência serão, no futuro, os mais importantes mobilizadores de energias disponíveis.

A democracia e a legitimidade política têm de constituir os factores fundamentais de mobilização e de mudança. Uma Europa centralizada e burocrática, distante dos cidadãos, incapaz de agir com oportunidade para defender o que é comum, sem um conceito partilhado de soberania, revela-se incapaz de assumir um lugar de protagonismo na cena internacional. E não tenhamos dúvidas: se a Europa não for capaz de criar equilíbrios internos que impeçam qualquer tipo de hegemonização e se não encontrar uma vontade comum de paz, de desenvolvimento e de democracia, então tudo continuará como agora, incerto e desregulado, incentivando pequenas e grandes tiranias.

Que «pacto constitucional»?

Um dos problemas mais importantes com que a Europa actual se defronta é o da natureza do pacto constitucional que a União política reclama. Para uns poderia falar-se da necessidade de tomar como referência e paradigma o Estado-nação, concebendo o poder constituinte à imagem e semelhança desse Estado. Para outros, o fundamental seria uma legitimidade indirecta, na lógica intergovernamental... No primeiro caso, seria necessário que o Parlamento Europeu assumisse poderes inequívocos que lhe permitissem aprovar uma «Constituição» formal. No segundo, bastaria a formação de uma vontade, conseguida através de mecanismos muito rudimentares já conhecidos na velha ordem internacional. Entendemos, porém, que a noção de «democracia supranacional» e que a consequente partilha de soberanias nos conduz a um terceiro tipo de concepção – no qual o «pacto constitucional» terá de resultar da confluência de duas legitimidades, a dos Estados e a dos cidadãos.

Nesse sentido, o «pacto constitucional» de que a União Europeia carece terá de decorrer de um conceito de «Constituição» material, isto é, de uma ordem jurídica fundamental baseada num acervo dinâmico, baseado no acordo entre os Estados membros e nas decisões de instituições democraticamente legitimadas pelos cidadãos, que se vai enriquecendo pelo contacto permanente entre produção legislativa e decisão política e jurisprudencial, assente na formação de uma vontade complexa, constituída em factor de coesão, resultante do permanente encontro das duas legitimidades, a dos Estados e a dos cidadãos. De facto, estamos perante uma «união de Estados» soberanos, que tenderá a deter uma legitimidade própria e comum, resultante de transferências parciais da legitimidade soberana de cada Estado com vista à defesa dos interesses comuns. Nesta ordem de ideias, a «democracia supranacional» possui uma legitimidade própria, que não nega as legitimidades nacionais, antes as completa. Ora, a noção

de «pacto constitucional» prende-se com esta complementaridade – distinguindo-se dos meros tratados internacionais porque, em vez de uma organização internacional com estatuto exclusivamente dependente da vontade dos Estados membros e dos seus representantes plenipotenciários, o que está em causa são a coesão e a expressão da vontade relevante dos cidadãos e dos seus representantes, eleitos democraticamente.

Como tem afirmado José Medeiros Ferreira, há, neste momento, uma «aliança tácita entre os defensores da existência de um directório das grandes potências políticas e económicas e os defensores extremos das prerrogativas da soberania dos Estados» que «tem impedido a emergência de um poder político democrático a nível europeu que decida, oriente, fiscalize os poderes fácticos integracionistas». Apenas se esboça a ideia de governo económico e os «integracionistas funcionais» e «federalistas práticos» persistem em defender a manutenção da actual arquitectura, com insistência nas influências da burocracia supranacional e da nostalgia do proteccionismo nacional... Assim, se assiste a uma estranha resistência à criação de uma Segunda Câmara ou Senado, apta a representar os Estados, ao lado da representação dos cidadãos da Primeira Câmara. É que, como lembra Medeiros Ferreira: os «integracionistas funcionais não morrem de amores pelo controlo político e democrático dos órgãos comunitários»...².

O impasse a que hoje se chegou na Europa deve-se a uma dificuldade óbvia na definição de objectivos e na orientação em torno de catalisadores comuns. A criação da moeda única, a convergência nominal e real, a união económica e monetária representam passos da maior importância para a nossa vida colectiva. Mas são instrumentos e não fins últimos, devendo ser postos ao serviço de uma política que possa salvaguardar a paz, a coesão, a estabilização económica e o desenvolvimento e defender a regulação pelas políticas públicas, a importância do «capital social» e o diálogo europeu entre culturas de modo persistente e adequado.

Europa social, coesão e solidariedade

À produção de massa e à sociedade de classes que conhecemos, em especial resultantes das revoluções industriais, sucede, neste momento axial (Daniel Bell), uma nova sociedade baseada na complexidade, na incerteza, na competição entre indivíduos e na multiplicação das desigualdades. Por outro lado, a representação social e política alterou-se – deixou de existir o monopólio dos partidos e sindicatos. O chamado «universo mediático» assume crescente importância, as associações de proximidade tendem a exercer maior influência – numa tensão difícil entre globalização e fragmentação. Daí a necessidade de dar relevo à «regulação dos mercados» e de criar instâncias de mediação e pilotagem dos conflitos e da complexidade. Há, assim, uma dialéctica entre autonomia social e dependência que tem de ser aprofundada. Precisamos, no fundo, de instituições que federem os indivíduos. Na linha do que Charles Taylor tem afirmado, importa completar a autonomia individual com a mobilização através de factores de coesão. Saliente-se, deste modo, a emergência da preocupação com a defesa do diálogo entre culturas e da «diversidade nacional e regional».

Muito se tem falado na Europa de critérios de convergência nominal e de convergência real. Ao referirmos a importância crescente do conhecimento e do diálogo cultural estamos, exactamente, a apontar para uma necessária convergência real. Como tem defendido Jacques Delors, do que se trata hoje é de criar uma sociedade, devidamente informada, realmente descentralizada, que possa tornar-se «autora consciente do seu próprio destino». Mais longe e mais depressa! Para além dos critérios de Maastricht é chegado o momento de orientar os recursos para as «despesas do futuro» – fazer crescer os recursos para a educação, para a

investigação, para a inovação – fazer investimentos socialmente reprodutivos. Trata-se de uma «convergência do conhecimento e do desenvolvimento» que exige, por exemplo, que se vá mais longe e mais depressa na redução das despesas públicas não prioritárias e na realização de um equilíbrio durável das contas sociais. «Trata-se de fazer bons compromissos, no seio das finanças públicas, entre despesas correntes e despesas de futuro, no seio da Segurança social, entre responsabilidade e solidariedade»³.

O euro só poderá tornar-se, assim, um factor durável de coesão e desenvolvimento se se ligar a uma estratégia audaz de construção da Europa política, de valorização das pessoas e de cidadania na Europa – como conceito aberto e humano, apto a incluir e a não excluir. Europa sem fronteiras? Comunidade ou União? Temos de compreender as «fronteiras invisíveis» e as suas virtualidades – a sociedade democrática é pluralista, envolve várias pertenças e diversas convicções, por isso essas fronteiras têm de ser elementos de aproximação e de distinção, pontos de encontro, de diálogo e de respeito mútuo. A Europa tem, assim, de ser uma autêntica comunidade (pessoas e cidadãos em comum), baseada no respeito mútuo e na solidariedade – tornando-se união, no sentido de realidade múltipla, em busca de uma identidade plural. Nesse sentido, para que a coesão e a convergência se façam na Europa, pela compreensão das fronteiras invisíveis, que definem e distinguem as «identidades», fundamental se torna não confundir «convergência» e tentação de uniformidade ou «coesão» e «harmonização». Por vezes, tem-se usado a palavra «harmonização» no acepção benigna, como criação de um «denominador comum», nesse sentido não há risco de «unicidade» – mas que fique muito claro que a cultura e o conhecimento não são «normalizáveis».

Assentemos, deste modo, nalgumas ideias-força – capazes de destruir muitos dos actuais mitos bloqueadores. Antes do mais, a criação da moeda única obriga à adopção da ideia de «convergência», não apenas nominal, mas real; não apenas económica, mas de instituições e de cultura política. E aqui «convergência» não significa normalização ou uniformização – mas sim «complementaridade» e «compatibilidade». A mobilidade e a complexidade obrigam a que haja mecanismos de coordenação e de reconhecimento mútuo e intercomunicabilidade, que viabilizem a livre circulação de pessoas, sem o risco de fenómenos de hegemonia e fragmentação. A comunicação é, assim, uma das chaves do nosso tempo – que importa cultivar e aprofundar – numa lógica de melhoria da qualidade, de referenciais comuns e de constante aperfeiçoamento no acesso aos bens e dons de cidadania.

Comunidade plural de destinos – uma vontade comum

A mobilidade e a criação de uma consciência europeia – de comunidade plural de destinos – determinam que haja uma confluência entre interesses e valores comuns a defender e a preservar. É a Europa social e política que está em causa – devendo estar apta a valorizar a mobilidade das pessoas, a compatibilidade das formações, a promoção do emprego e a ligação à vida activa – incentivando acções comuns de apoio à empregabilidade e à criação de uma sociedade da aprendizagem e do conhecimento. Eis porque importa encontrar um vontade comum – susceptível de coordenar as políticas públicas no sentido do desenvolvimento, da estabilização económica, da promoção de emprego e do combate à exclusão. Eis também porque se impõe apostar na melhoria da produtividade e na inovação. A criação de uma iniciativa económica atenta à inovação, à produtividade resultante da melhoria das qualificações e de uma competitividade assente na qualidade, na lógica da formação ao longo da vida, como resposta às necessidades da mobilidade e da incerteza dos mercados pode permitir uma ligação efectiva entre capacidade inovadora e desenvolvimento económico, social e cultural.

Na «sociedade das redes» (Castells) e numa economia de serviços, o número dos que têm necessidade de aprendizagens complementares individualizadas é cada vez maior. Impõe-se, por isso, evitar a dispersão de esforços de formação. Como tem afirmado Pierre Rosanvallon, a melhoria da formação gera melhor competência, maior sabedoria e respeito humano: a individualização e a personalização são condição de desenvolvimento do mercado hoje. O indivíduo é o primeiro produto económico do futuro. O «compromisso social»- num modelo cívico de solidariedade – exigirá, deste modo, a coexistência de diversas lógicas – desde a autonomização do trabalho com risco individual ao desenvolvimento das «linhas de montagem», cada vez mais exigentes. É o preço da complexidade. As transformações técnicas e científicas obrigam a que a «sociedade da aprendizagem» mobilize o maior número – poderes públicos, escolas, empresas, associações – contra a precarização e a exclusão nas margens do mercado de trabalho e a favor da igualdade de oportunidades.

O pluralismo e a percepção de uma história comum, em que os conflitos reclamam a criação de instrumentos permanentes de regulação, têm de ser assumidos na construção e consolidação das novas instituições políticas e públicas. A sociedade da informação e do conhecimento tem de ser aproveitada no sentido de aproximar as pessoas, de favorecer as relações interpessoais e de permitir que a compreensão da complexidade e do diálogo entre saberes nos conduzam a uma cidadania activa e responsável. Afinal, a coordenação entre as políticas públicas e o aperfeiçoamento dos instrumentos de participação cívica reclamam uma democracia que não se afirme só no Estado-nação, mas que se complete nos planos infra e supranacional.

O desenvolvimento de programas europeus no sentido da mobilidade, do intercâmbio e da cooperação revela-se uma oportunidade a aproveitar adequadamente no futuro. No tempo presente, o conhecimento e a compreensão entre pessoas e culturas diferentes conduz-nos à necessidade de pôr em contacto cidadãos e comunidades de vários países – com o objectivo de concretizar uma nova atitude perante o mundo da vida, baseada na abertura e no confronto de experiências culturais diferentes. A história europeia deverá, deste modo, ser aprendida não de modo asséptico e artificial nem triunfalista, mas assumindo uma atitude rigorosa, compreensiva das diferenças e dos conflitos, procurando superá-los através do respeito mútuo, do conhecimento das diferentes identidades e da regulação séria e determinada da diversidade. Precisamos, pois, de uma consciência europeia que dê à coesão um sentido de compreensão das raízes comuns, dos conflitos, das diferenças e das complementaridades.

Democracia supranacional – cidadania e conhecimento

A criação de uma democracia supranacional europeia deverá basear-se, deste modo, no assumir das dimensões política, social e cultural da vida, com o reconhecimento da autonomia individual dos cidadãos. Preparar as novas instituições, reforçar o que diga respeito à cidadania e à protecção dos direitos fundamentais, à promoção do emprego, ao combate à exclusão, à criação de incentivos à inovação e no sentido de melhorar a qualidade dos referenciais e das aprendizagens, eis o que está em causa.

A União da cidadania e do conhecimento terá, assim, de assentar na integração aberta de sociedades livres e democráticas, capazes de valorizar o factor humano, a inovação, a criatividade e a mobilização de energias. Só deste modo tornaremos a Europa mais protagonista na cena internacional, como factor de equilíbrio e de paz, da mesma forma que criaremos condições para que países da periferia geográfica, como Portugal, possam afirmar-se no centro da vida europeia. As «fronteiras invisíveis» constituir-se-ão, deste modo, em elementos de aproximação e de complementaridade – e não de «harmonização» educativa ou cultural, porque

a comunicabilidade entre sistemas deve recusar a uniformização, antes apostando na complementaridade. Uma Europa democrática de Estados e nações livres terá, pois, de se basear em diferentes identidades abertas, no diálogo entre culturas diversas e na criação de factores de coesão, mobilidade e solidariedade baseados na cidadania. Precisamos de instituições comuns, de equilíbrio de poderes e influências, de autonomia e descentralização, de controlo democrático pelos cidadãos, de dupla legitimidade (dos Estados e dos cidadãos) e de uma autêntica «convergência do conhecimento e desenvolvimento». A abertura e a mobilidade, o combate ao atraso e à exclusão, a promoção do emprego e da educação permanente exigem-no.

Francisco Lucas Pires disse: «se se quiser perseguir um século XXI europeu, haverá que evitar tanto uma Babel do tipo de uma Jugoslávia gigante como qualquer forma demasiado construtivista ou 'unitarista' de integração dos povos europeus. Há que recusar tanto uma Europa uniforme e maximalista, sucedânea dos sonhos imperiais, como uma Europa minimalista, impotente e exposta. A lógica da subsidiariedade é a de uma estruturação intermédia entre os dois extremos, sóbria, organizada de baixo para cima, subindo da pluralidade para a unidade, a começar na própria cidadania individual, através dos corpos intermédios e Estados-nação, como numa destilação em que só se chega ao topo como síntese»⁴. Está aqui quase tudo dito. As dificuldades da originalidade são óbvias. As lições da história são evidentes. A guerra na Europa não acabou. Falta agora um novo impulso, que obriga a concessões mútuas – e à definição de um bem comum europeu.

Contra os egoísmos nacionais – União de Estados e cidadãos

Os actuais egoísmos nacionais a que se devem? Ao peso das sombras da história e das suas ilusões e ao medo de dar os passos que faltam no sentido de ponderar politicamente os custos da desunião e de retirar as devidas consequências das conclusões. Temos de procurar uma nova síntese. A confluência que foi possível concretizar nos anos cinquenta, na pequena Europa, é hoje desadequada. Estaline morreu há muito, a guerra fria deu lugar a uma situação difusa de convívios pouco nobres. E se já temos um instrumento fundamental que é a moeda única, trata-se agora de reorientar as finanças públicas europeias, no encontro entre receitas e encargos, de modo a que os cidadãos sejam envolvidos numa solidariedade responsável, com acrescido rigor e com mecanismos transparentes que revelem a boa utilização dos recursos para o benefício de todos e não só de alguns. De facto, se avançarmos na «capacidade de viver em comum», na coesão, se construirmos uma sociedade mais atenta ao combate à exclusão, ao diálogo entre culturas e à promoção da dignidade social, se assumirmos as dívidas e responsabilidades comuns, então a solidariedade cívica traduzir-se-á em desenvolvimento, prosperidade justa e bem-estar. Num texto importante e actual, intitulado, significativamente, «L'Irrevérence – Essai sur l'esprit européen», Chantal Millon-Delsol afirma que «a identidade europeia só saberá forjar-se pela certeza dum bem comum europeu, porque é mais fácil sentirmo-nos a pertencer ao que cresce do não ao que diminui».

Como definir esse «bem comum europeu»? Como criar instituições aptas a defender os interesses comuns? Antes do mais, impõe-se definir uma agenda política, na qual se distingam as esferas supranacional, nacionais e infranacionais. O euro permite, aliás, sustentar um primeiro círculo de uma solidariedade política, social e económica mais forte, onde os interesses comuns são assumidos com muita clareza, ainda que num âmbito limitado, devendo corresponder a uma solidariedade assumida através de decisões maioritárias. O que importa é deixar muito evidente a confiança mútua baseada em princípios democráticos como o da separação e interdependência dos poderes, o da dupla legitimidade, dos Estados e dos cidadãos

e o do primado do direito e dos direitos e deveres de cidadania... E o certo é que sem uma política externa e de segurança comum, com regras claras e dotada de eficiência e sem um orçamento europeu apto a ter funções de coesão e de regulação económica é praticamente impossível construir uma União influente, pacífica e respeitada.

Não deve haver a ideia de que estamos perante um clube de privilegiados. Tem, sim, de se estabelecer a lógica de uma união com tarefas muito concretas que originam responsabilidades comuns. E não tenhamos dúvidas sobre o facto de a Europa não ter qualquer influência na comunidade internacional se não encontrar a dimensão e as instituições adequadas para defender os interesses comuns. Longe da ideia errada de construção de um super Estado, que teria pés de barro, o que deve entrar na ordem do dia é a criação de uma estrutura de decisão com legitimidade democrática, na qual os cidadãos se revejam e os Estados tenham influência com igualdade de direitos, mas sem capacidade de bloquearem a defesa do bem comum. São instituições de tipo novo, que anunciam a substituição da força pelo direito na vida internacional e que concedem à ideia de federação uma nova força e legitimidade, baseada na síntese de vontades e numa concepção da política pública baseada numa autêntica partilha de soberanias. De facto, o conceito de soberania evoluiu, desde o Tratado de Westefália (1648), em que os Estados modernos aceitaram começar a ser limitados mutuamente, até à Carta das Nações Unidas, em que o direito de fazer a paz e a guerra surgiu restringido – para agora aparecer partilhado. A soberania originária mantém-se nos Estados, mas a sua partilha supranacional deve decorrer de um esforço concertado num novo poder legislativo, resultante da representação dos Estados e dos cidadãos. Yehudi Menuhin disse, pouco antes de morrer, que ignorar a cultura na Europa seria como que construir uma torre de marfim na areia. O mesmo se diga das dimensões cívica e política da Europa. «Só conseguiremos gerar verdadeiro respeito ao próximo e desejos de paz com o exercício das artes, dos nossos sentidos, fomentando a riqueza e a diversidade das culturas europeias. Deste modo poderemos realizar plenamente os nossos objectivos, tanto pessoais como comuns...» O que Menuhin disse da cultura aplica-se à sociedade civil e à vida política.

A Europa precisa de uma consciência europeia, baseada em vontades criadoras e na capacidade para definir os caminhos do futuro. Daí a urgência em tornar autêntica a intervenção dos cidadãos e da sociedade civil nas instituições europeias, e em especial num Parlamento Europeia bicamaral com a legitimidade acrescida, dos Estados e dos cidadãos, em áreas fundamentais como: a iniciativa legislativa; o reforço da fiscalização das políticas da União e da acção do Executivo europeu (Comissão); o reforço das competências orçamentais, designadamente na criação de receitas, considerando que só uma reforma orçamental poderá permitir o incremento das políticas e das acções comuns.

Em síntese, a construção política e institucional da Europa determina alterações em três vectores fundamentais: a configuração das instituições e o seu equilíbrio interno; o reforço da dupla legitimidade; e a definição dos interesses vitais comuns. Impõe-se assegurar que o aperfeiçoamento dos direitos constitucionais dos Estados da União conduza a um «pacto constitucional» europeu de natureza complexa que forme uma autêntica Constituição material – dispondo de um quadro de direitos e deveres, de um estatuto político e da definição dos factores de coesão. Um sistema de «freios e contrapesos» é, assim, fundamental – com reforço do Parlamento Europeu, adopção de uma lógica bicamaral, que garanta a dupla legitimidade, incremento da responsabilidade do órgão executivo, consagração de um sistema supranacional de protecção de direitos e liberdades fundamentais, concretização de mecanismos de prestação de contas perante os cidadãos e de equilíbrio entre a eficiência das instituições e a igualdade

entre os Estados membros da União. O reforço da dupla legitimidade permite, por seu turno, criar elos estáveis entre Estados, instituições e cidadãos, num processo republicano supranacional de solidariedade activa. A democracia supranacional torna-se, assim, corolário de todo um processo baseado em negociações múltiplas e num debate aberto, na democracia interna dos Estados e nos limites e possibilidades da partilha de soberanias. A cidadania europeia, numa «comunidade política solidária» constitui um «valor acrescentado» relativamente à cidadania dos Estados de direito, não a substituindo, antes a completando. Quanto à definição dos «interesses vitais comuns», trata-se de encontrar, na sequência da união monetária, o que é susceptível de mobilizar de maneira estável e permanente os diferentes Estados e as opiniões públicas – desde a coesão económica e social ou da segurança pública à política externa e de segurança comum. Ao velho modelo funcionalista terá de contrapor-se uma solução republicana, baseada na participação dos cidadãos, na coesão social e no pluralismo político, social, económico e cultural.

É preciso encontrar os mecanismos adequados de decisão e controlo democráticos. E a Europa é um continente onde, por concentração de recordações históricas e peso das diferentes identidades, a democracia não pode deixar de assumir um carácter matricial e fundador. Resta saber com que âmbito e com que capacidade... A maturidade europeia chama-se democracia. O próximo alargamento da União Europeia exige, afinal, que se criem estruturas de acolhimento, capazes de conseguir que os novos membros representem um valor acrescentado e não um fardo; para tanto teremos de usar da sabedoria para encontrar uma arquitectura orientada para o equilíbrio, a eficácia e a legitimidade. Eis o que exige uma especial atenção à construção de uma sociedade política e civil, baseada numa consciência europeia e apta a defender o bem comum europeu.

¹ *Esprit*, Novembro de 1998.

² *Política Internacional*, n.º 17, Primavera-Verão 1998.

³ *Le Nouvel Observateur*, 30 de Julho de 1998.

⁴ *O Que é a Europa?*, Difusão Cultural, 1994, p.136.